



Professores contratados manifestaram-se em Setembro contra problemas no recrutamento

DIAP abre processo-crime a concurso de professores

Investigação. Procuradora Maria José Morgado confirmou investigação às bolsas de recrutamento. Mário Nogueira da Fenprof foi ouvido

PEDRO SOUSA TAVARES
e FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA

O Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Lisboa confirma estar a investigar os acontecimentos que rodearam a segunda bolsa de recrutamento de professores (BR2), em Setembro, na qual professores mais graduados, que tinham concorrido a contratos anuais, foram ultrapassados por colegas com menos tempo de serviço.

“Está pendente [um] processo-crime no DIAP de Lisboa”, disse ao DN a procuradora Maria José Morgado, acrescentando que a investigação decorre de uma participação feita pela Federação Nacional dos Professores (Fenprof) à

Procuradoria-Geral da República (PGR), no mês passado.

Maria José Morgado disse não poder prestar mais esclarecimentos. No entanto, Mário Nogueira, secretário-geral da Fenprof, confirmou “já ter sido ouvido” como testemunha no DIAP de Lisboa, “há cerca de duas semanas”.

O sindicalista acrescentou que recentemente teve “conhecimento” de que uma equipa do DIAP visitou também a Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação (DGRHE), do Ministério da Educação e Ciência (MEC).

Na origem deste processo estão

denúncias de que as escolas terão ficado impedidas de abrir horários anuais para professores na plataforma da DGHRE, entre 12 e 16 de Setembro, período em que apenas teriam sido aceites contratos de curto prazo. Uma situação que terá prejudicado os professores mais experientes, que habitualmente concorriam apenas a vínculos para o ano inteiro.

A denúncia da Fenprof surgiu depois de o MEC ter negado qualquer falha no sistema da DGRHE. Na altura, a estrutura sindical reuniu os testemunhos de escolas, confirmando os problemas, num dossiê que entregou ao procura-

Ministério insiste que não há indícios de irregularidades

COLOCAÇÕES

Candidatos fizeram 527 reclamações

► Numa nota divulgada no dia sete deste mês, o Ministério da Educação e Ciência confirmou a recepção de 527 reclamações relativas ao concurso de contratação de professores, concluído a 31 de Agosto, e às três bolsas de recrutamento que se seguiram. Números que a tutela relativizou face às dezenas de milhares de candidaturas. Este ano, milhares de professores que em 2010/2011 tinham sido recrutados ficaram sem lugar nas escolas. O ministro Nuno Crato já avisou que no futuro as entradas serão “as estritamente necessárias”.

dor-Geral da República. Dois dias depois os dados chegaram ao DIAP.

MEC considera “normal”

Na passada terça-feira, o MEC divulgou o resultado de um Inquérito da Inspeção-Geral da Educação onde, pela primeira vez, se reconhecia ter havido 13 horários, na referida bolsa de recrutamento, que “foram classificados como ‘temporários’ quando deveriam estar classificados como ‘anuais’”.

No entanto, garantiu que todos os professores afectados por essa falha viriam a ser colocados depois em horários anuais. Insistiu ainda que “em todos os dias”, entre 6 e 19 de Setembro, foram abertos horários anuais e temporários.

Ontem, o MEC reiterou ao DN que a investigação da IGE não encontrou “indícios de irregularidades ou ilegalidades que justifiquem qualquer tipo de procedimento”, tendo proposto o “arquivamento” do inquérito.

Já sobre o processo no DIAP, a tutela diz que “decorre dos trâmites normais na sequência de uma queixa apresentada na Procuradoria-Geral da República”.



DIAP investiga concurso de professores

EDUCAÇÃO Processo-crime foi aberto na sequência de queixas da Fenprof sobre alegadas irregularidades nas bolsas de recrutamento. Ministério insiste que não houve ilegalidades. **PAÍS** PÁG. 18